



»Entrevista | SAMARA MARTINS | CANDIDATA À PRESIDÊNCIA PELA UNIDADE POPULAR

“Bolsa banqueiro quebra o Brasil”

Presidenciável defende programas de transferência de renda e critica destinação de parte do Orçamento ao pagamento de juros e amortização da dívida pública. Por conta da crise do STF, considera que magistrados devem ser eleitos por voto direto

» PEDRO JOSÉ BORGES
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A candidata à Presidência da República pela Unidade Popular (UP), Samara Martins, considera que é o “bolsa banqueiro” e não os programas de transferência de renda, conforme acusam alguns dos presidenciáveis do espectro da direita, que impactam as contas públicas do país. Cirurgiã-dentista e servidora do Sistema Único de Saúde, ela relacionou a destinação de recursos para juros e amortizações da dívida à redução de investimentos em áreas sociais.

Samara citou o pagamento da dívida pública como um dos principais destinos do Orçamento federal. Como proposta de governo, defende um escrutínio das contas públicas por meio de uma “auditoria cidadã” da dívida pública e a suspensão dos pagamentos.

A propósito da grave crise na qual o Supremo Tribunal Federal (STF) mergulhou, Samara defendeu na sabatina realizada ontem pelo **Correio Braziliense**, no estúdio da TV Brasília, conduzida pelas jornalistas Ana Maria Campos e Denise Rothenburg, que a escolha de juízes seja feita por eleição popular direta. Ela observa que o critério de escolha do presidente da República, com posterior aprovação do Senado, restringe o processo e afasta a população do processo.

A sabatina do **Correio** acontece em parceria com Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), Febrapife (Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais), Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) e Fenat (Federação Nacional dos Auditores Fiscais Tributários). Leia os principais trechos da entrevista.

Seu programa de governo tem a estatização de todos os bancos e, também, das empresas que foram privatizadas. Como fazer isso, uma vez que sabemos que o orçamento público enfrenta dificuldades e o governo não tem recursos para realizar o básico em saúde, educação e segurança pública?

Sou servidora do Sistema Único de Saúde e o SUS perdeu recursos nesses últimos 10 anos, que chegam a mais de 60%. Isso ocorre não porque o Brasil não tenha dinheiro, mas porque metade desse orçamento é destinado ao pagamento da dívida pública, o que chamamos de bolsa banqueiro. Vai R\$ 1,8 trilhão do nosso orçamento riquíssimo para pagar os juros e as amortizações da dívida pública. Uma de nossas propostas centrais é que se faça uma auditoria cidadã e que se suspenda o pagamento da dívida pública. Sobre a necessidade da reestatização de empresas que foram privatizadas e, também, da nacionalização de outros recursos extremamente importantes para a soberania do nosso país. Ontem (segunda-feira) comemoramos a Independência do Brasil, mas não dá para ser um país independente e soberano se o controle das nossas riquezas e de recursos estratégicos está na mão do setor privado ou de empresas estrangeiras. Apesar de parecer que privatização traz melhoria no serviço, o que temos visto é a piora dos serviços e a precarização do trabalho dos profissionais que atuam nessas empresas. Privatizar não é a solução.

Como mobilizar a população em torno desses temas?

Precisamos chegar até as pessoas e mostrar que é possível. Como representantes parlamentares — seja nas assembleias legislativas, na Câmara dos Deputados, no Senado ou na Presidência —, nosso papel é dizer: “É possível fazer,

Ed Alves/CB/D.A Press



Essa ofensiva contra o Bolsa Família é pura demagogia porque dizem: 'Ah!, é isso que quebra o Brasil'. Mas o Bolsa Família representa apenas 2% do Orçamento federal. Não é isso que quebra o país. O que quebra o Brasil é o 'bolsa banqueiro', que é uma das políticas que todos os governos, desde a redemocratização, mantêm religiosamente, sejam de direita ou de esquerda"

"Os ministros do STF são indicados pelo governo que está vigente. Defendemos a eleição para juízes. Conversando com um juiz em outra entrevista, defendi que se façam as provas, assim como ocorre no conselho tutelar, quando você realiza as provas, mas, depois, passa por uma eleição, para que o nosso povo decida quem serão os representantes também no Judiciário"

vamos nos somar nessa disputa e pressionar”. Sem pressão popular, não conseguiremos resolver nada. Há outros exemplos. Quisemos aprovar a que chamamos de “PEC da bandidagem” e o povo foi para a rua e disse: “Isso é inadmissível, vocês esconderem e se livrarem da própria corrupção”. Temos visto quanta corrupção ocorre neste país, como no recente escândalo do Banco Master envolvendo políticos, ministros e senadores. Uma das nossas defesas é o confisco dos bens de todos os corruptos. Trata-se de devolver tudo o que roubaram do nosso povo, pois o corrupto é preso, mas continua rico, sua família continua rica e ele continua influenciando as decisões fora da prisão. Defendemos acabar com isso. Quando nosso povo compreende que isso está errado, nós o chamamos à ação.

No orçamento, vai ser preciso cortes no próximo ano. Qual seria a proposta de cortes da UP?

Somos terminantemente contrários aos cortes. É um absurdo, inclusive, que o Brasil, como a gente disse no início, que é um país tão rico, tenha do orçamento apenas 4% destinado para a educação e 3% destinado à saúde, sendo que era para a gente, hoje, ter uma saúde excelente. Defendo o SUS, trabalho no SUS e uso o SUS. Uma das nossas propostas é que todos os políticos sejam obrigados a usar o SUS e ter seus filhos nas escolas públicas, porque aí é muito fácil você legislar sobre um serviço que não vai usar, deixando apenas 3% ou 4% destinado a esse serviço. Uma das nossas propostas é essa. Esse orçamento que já é destinado ao bolsa banqueiro tem que ser suspenso para que a gente invista mais. Desde 2014, a proposta era que a educação tivesse já 10% do PIB. Não conseguimos até agora. Era para que a

saúde tivesse também um investimento muito maior. Aqui no DF, inclusive, a gente tem acompanhada a nossa governadora (candidata pela UP), que é a Samara Mineiro, fazendo esse debate sobre a saúde pública, do quanto as pessoas estão desassistidas, de não ter profissionais nos postos de saúde, tempos enormes em filas de exames, de cirurgias etc.

Vocês defendem, também, um aumento do salário mínimo. Qual é o valor que você considera ideal e como aumentar esse salário sem explodir o INSS?

Defendemos o aumento de 100% do salário mínimo. Muita gente fala: “Que loucura da Unidade Popular!” Nós, na América Latina, temos um dos menores salários mínimos, mesmo tendo um PIB muito maior do que esses outros países. Absurdo é a gente viver com R\$ 1.621. O Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) diz que o salário deveria ser maior do que R\$ 7 mil, porque o salário mínimo deveria ser suficiente para manter uma família de quatro pessoas com alimentação, moradia, transporte etc. R\$ 1.621 às vezes não dá nem para pagar o aluguel em várias cidades.

Querida que explicasse como o seu partido e a sua candidatura defendem um país socialista. Como funcionaria a economia de um país socialista no seu governo?

No socialismo, como a própria palavra diz, o foco é o social: as questões sociais, as pessoas e a socialização dos meios de produção. Nossa proposta é uma planificação da economia pelo governo, de forma estatal e nacionalizada, para o benefício do povo. A planificação da economia é esse controle estatal para que todos esses recursos e riquezas sirvam de benefício e desenvolvimento para o nosso povo.

Em relação aos feminicídios. Vocês têm algum programa ou projeto para reduzir esse crime?

Uma das questões que temos levantado é o debate contra a violência contra as mulheres e pelos seus direitos. Não é apenas um debate moral, de “amor contra o ódio”, mas, sim, um debate econômico. É necessário garantir moradia para que as mulheres consigam sair da casa de seus agressores. É necessária renda — e por isso temos discutido o aumento salarial para que as mulheres não dependam financeiramente deles. É necessária, inclusive, a geração de empregos pelo próprio governo, que às vezes transfere essa responsabilidade para o setor privado, sendo que nós, enquanto Estado, poderíamos gerar essas vagas. Por isso, propomos frentes emergenciais de trabalho, pois isso garante que as mulheres tenham condições de sair de situações de violência.

A UP é crítica ao governo Lula. Há algum programa ou ação do governo que vocês aproveitariam?

Há várias questões nas áreas sociais que são importantes, como os programas de transferência de renda. Inclusive, nos posicionamos contra a ofensiva conservadora contra o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. No entanto, fazemos críticas contundentes, porque as moradias populares da Faixa 1 do Minha Casa avançaram pouco neste último governo Lula, além de não ter sido realizada a Reforma Agrária. Várias coisas poderiam ter avançado muito mais. De todo modo, a transferência de renda, a princípio, enquanto as pessoas ainda não possuem emprego ou renda digna, é uma necessidade real. Essa ofensiva contra o Bolsa Família é pura demagogia de

classe, porque dizem: “Ah!, é isso que quebra o Brasil”. Mas o Bolsa Família representa apenas 2% do Orçamento federal. Não é isso que quebra o país. O que quebra o Brasil é o bolsa banqueiro, que é uma das políticas que todos os governos, desde a redemocratização, mantêm religiosamente, sejam de direita ou de esquerda.

O Brasil passa por uma crise no Poder Judiciário. Que proposta a UP tem para a reforma do Poder Judiciário, especialmente do Supremo Tribunal Federal?

Defendemos a eleição para juízes, pois hoje o preenchimento dessas vagas ocorre por indicação, e os ministros do STF são indicados pelo governo que está vigente naquele momento. Defendemos a eleição para juízes. Conversando com um juiz em outra entrevista, defendi que se façam as provas, assim como ocorre no conselho tutelar, quando você realiza as provas, mas, depois, passa por uma eleição, para que o nosso povo decida quem serão os representantes também no Judiciário. Não abolimos, por exemplo, essa questão das provas para comprovar as pontuações necessárias e atestar esse notório saber.

A Constituição reconhece as administrações tributárias como atividades essenciais ao funcionamento do Estado e, após a Reforma Tributária, passou a determinar a edição de uma Lei complementar nacional que estabeleça normas gerais para as administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, disciplinando sua organização, funcionamento, direitos, deveres e garantias. A chamada Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT) assume,

portanto, importância ainda maior diante da complexidade do novo sistema tributário. Uma administração tributária profissional, eficiente, integrada e dotada das necessárias garantias de autonomia técnica é indispensável para assegurar a arrecadação, o combate à sonegação e à fraude, conferir segurança jurídica aos contribuintes e fazer com que a Reforma Tributária alcance os objetivos. Mais do que uma questão corporativa, a LOAT representa uma questão de Estado relacionada à capacidade do Brasil de administrar seu sistema tributário com eficiência, profissionalismo, independência técnica e respeito ao contribuinte. Diante disso, caso seja eleita presidente, a senhora se compromete a apoiar, a priorizar e a empenhar politicamente seu governo para que seja encaminhado, aperfeiçoado e aprovado pelo Congresso o projeto da LOAT, reconhecendo-a como instrumento essencial para o fortalecimento e a modernização da administração tributária? E, mais especificamente, a senhora assume o compromisso de incluir a aprovação da LOAT entre as prioridades institucionais do seu governo e de utilizar a liderança política da Presidência da República para construir junto ao Congresso o necessário consenso para a aprovação?

A carga tributária sobre os trabalhadores é pesadíssima, uma das maiores do mundo. Pesa mais sobre quem recebe menos e muito pouco para quem tem muito. Isso vai no sentido da pergunta; da fiscalização, de garantir que essa Reforma Tributária que está se colocando agora — que é necessária, que é não tributar os itens da cesta básica, não tributar remédios, não tributar a carne, porque a gente paga um valor de imposto muito alto sobre esses itens — não continue pesando no nosso bolso, no nosso orçamento. A proposta de ter alíquota zero para esses itens e, para alguns outros itens, de reduzir em até 60%, é extremamente necessária, inclusive. Essa questão da fiscalização e a importância da categoria deles (auditores-fiscais) nisso, para fiscalizar que haja a efetivação dessa Reforma Tributária — que começou uma experiência agora, em 2026, com a proposta de que, em 2027, valha plenamente — é fundamental. Até para quê? Para que quem recebe mais pague mais. Quem tenha mais bens, quem tenha mais recursos, pague mais. Hoje, quem paga mais são os trabalhadores comuns. Porque, por exemplo, taxação das remessas de lucro não existe. Então, as empresas que lucram no nosso país não têm nenhuma taxa. Agora, tem sobre a carne que a gente compra, tem sobre o leite que a gente compra. Sobre as taxações das grandes fortunas, que a gente tem tentado também discutir. Inclusive, que ela seja progressiva, conforme a fortuna que as pessoas têm, para que não pese para quem recebe menos, mas sim para quem já tem muito no nosso país. Então, é uma proposta extremamente importante para que haja fiscalização e que haja uma Reforma Tributária que pare de pesar os impostos sobre o nosso povo. Inclusive, porque o Brasil, apesar de ter uma das maiores cargas tributárias, é um dos países que tem menos retorno para a população. Teoricamente, a gente deveria pagar imposto para que fosse investido nas áreas sociais, no benefício da comunidade, mas saiu uma pesquisa recente de que o Brasil é um dos países onde há o menor retorno dessa carga tributária para a população.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi